



Critérios de Pesquisa:

Período: 01/02/2026 a 28/02/2026

Assunto: "Reforma Administrativa" or "PEC 32, de 2020"

Documento 1/3

2.2026	Sessão Ordinária - CD	03/02/2026-13:40
Publ.: DCD	- Hugo Motta-REPUBLICANOS -PB	
04/02/2026 - 54		

FALA DO PRESIDENTE OU NO
ORDEM DO DIA EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA
DISCURSO

Sumário

O Deputado esclareceu ao Deputado Alberto Fraga, Relator do Projeto de Lei nº 179, de 2026, que o texto era resultado de acordo firmado no Colégio de Líderes. Além disso, afirmou que o entendimento contemplou diferentes categorias da Câmara dos Deputados, incluindo secretários parlamentares, cargos comissionados e servidores efetivos. Ressaltou também que a proposta considerou parâmetros presentes no projeto de reforma administrativa e práticas adotadas pelo Senado Federal e pelo Tribunal de Contas da União, como o banco de horas. Por fim, informou que a adoção do modelo ocorreria de forma progressiva e ressaltou que qualquer alteração no texto dependeria de novo consenso entre os Líderes partidários, não sendo possível mudança unilateral pela Presidência da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Deputado Alberto Fraga, o texto que V.Exa. relata foi fruto de um acordo no Colégio de Líderes, que nós tivemos a oportunidade de conduzir na manhã de hoje.

Nós entendemos que as categorias todas desta Casa têm o direito de lutar pela sua melhoria salarial. Nós estamos promovendo uma mudança que pega desde os salários dos secretários parlamentares, passa pelos cargos comissionados e chega a todos os servidores efetivos, os servidores de carreiras da Casa. A parte da remuneração extrateto nós estamos levando em consideração o percentual de servidores que está no projeto protocolado na Casa da reforma administrativa. O Senado e o TCU já praticam essa parte de banco de horas. No acordo de Líderes se entendeu que a Câmara poderia, sim, adentrar nesse modelo de maneira gradativa. E esse foi o acordo que nós fizemos na manhã de hoje. Qualquer mudança no texto de V.Exa. tem que ser pactuada também com os Líderes, não apenas com o Presidente da Casa. Eu estou vendo que poucos Líderes estão no plenário. Temos aqui o Líder Pedro Lucas, o Líder Tarcísio



Motta, o Líder Jonas Donizette e o Líder Rodrigo Gambale. Seria necessário uma conversa com os Líderes para isso.

Então, eu não posso, Deputado Fraga, fazer nenhuma mudança que seja diferente do acordo que eu conduzi na manhã de hoje.

Documento 2/3

2.2026	Sessão Ordinária - 03/02/2026-15:40 CD	
Publ.: DCD - 04/02/2026 - 98	Kim Kataguiri-UNIÃO -SP	
	ORDEM DO DIA	ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO DISCURSO

Sumário

O Deputado afirmou que o início do ano legislativo ocorreu com ampliação de gastos e ausência de debates sobre reforma administrativa e propostas para limitar privilégios e supersalários no serviço público. Citou o aumento das despesas em bilhões de reais, criaram novos cargos e mantiveram benefícios no Legislativo. Defendeu cortes em auxílios, cotas e emendas parlamentares, além de mudanças no Judiciário e no Ministério Público. Também mencionou a falta de avanço na instalação de CPIs, incluindo investigações sobre o Banco Master e outras já protocoladas. Relacionou essas práticas à percepção negativa da sociedade sobre a política.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, mais uma vez subo a esta tribuna para dizer que a gente começa o ano muito mal. Em vez de discutir uma reforma administrativa, em vez de discutir a PEC contra os privilégios, que eu já protocolei, e só falta esta Casa aprová-lo para acabar com os supersalários de juízes, de promotores, das carreiras do Executivo e para cortar privilégios de Parlamentares, a gente começa o ano aumentando os rombos aqui em 5 bilhões de reais, somando os supersalários para o Senado e para a Câmara, que foram votados em dois projetos anteriores, à criação de 18 mil novos cargos.

Agora, enfrentar os abusos salariais do Poder Judiciário e do Ministério Público ninguém quer. Votar um projeto aqui para cortar cota Parlamentar, para cortar gasolina para Deputado, para cortar carro para Deputado ninguém quer também. Votar um projeto para cortar emenda Parlamentar também ninguém quer.

Cinquenta bilhões de reais são sequestrados do Orçamento pelo Legislativo. Não é função de Deputado executar o Orçamento. Isso é função do Executivo. Não existe em país sério Parlamento executando orçamento. O Parlamento



legisla e fiscaliza. Mas este Parlamento também não quer votar isso.

Ninguém quer votar também, por exemplo, o fim do tal auxílio-mudança para os Deputados. Quando o sujeito é reeleito, ele recebe esse auxílio, como se estivesse se mudando para algum lugar.

Mexer nos interesses do Legislativo, nos privilégios deste Parlamento, que já é um dos mais caros do mundo, ninguém quer.

A promoção de corte de gastos em setores de funcionários fantasmas, de cargos comissionados inúteis que existem no Executivo Federal, também ninguém quer discutir.

Para instalar, como foi bem colocado aqui pelo Deputado Rollemberg, a CPI do Banco Master — aliás, não tem nenhuma CPI instalada na Câmara dos Deputados, até a que eu protocolei contra o tráfico de *crack* está parada há 2 anos —, também ninguém quer trabalhar.

A mesma coisa acontece com a CPMI no Senado. Lá a CPMI também não avança. Foi protocolada agora pela Oposição requerimento para uma CPMI do Banco Master, mas não há nenhuma sinalização do Presidente Davi Alcolumbre quanto à sua instalação.

Então, é o que eu costumo dizer: não é à toa que político é mal visto pela sociedade, não é à toa que Parlamentar é xingado. Os Parlamentares fazem por merecer isso. A classe política faz por merecer a sua própria impopularidade.

Às vezes, as pessoas me perguntam: "*Você que está lá dentro acha justa a imagem ruim que as pessoas têm do Parlamento, dos Deputados?*" Eu acho que é uma imagem injusta. A imagem que a população deveria ter do Parlamento deveria ser muito pior. O Parlamento é muito pior do que as pessoas imaginam; o desempenho é muito pior, a corrupção é muito pior, a defesa de interesses mesquinhos e pequenos é muito pior.

Por isso, mais uma vez, registro o meu voto contrário, Presidente.

Documento 3/3

8.2026	Sessão Ordinária - CD	24/02/2026-18:08
Publ.: DCD - 25/02/2026 - 133	Professora Luciene Cavalcante-PSOL -SP	
	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

A Deputada criticou a gestão do Governador Tarcísio de Freitas no Estado de



São Paulo, especialmente em relação às políticas voltadas à educação. Posicionou-se contra o Projeto de Lei nº 1.316, de 2025, enviado pelo Governo Estadual, classificando-o como uma reforma administrativa que altera diversas normas e impacta direitos de servidores públicos, como critérios de remoção, recesso escolar, progressão na carreira, avaliação de desempenho e atribuição de aulas. Mencionou também mobilizações de profissionais da segurança e da educação, defendeu a valorização do magistério e afirmou que atuará, junto a outros Parlamentares e movimentos sociais, para barrar a proposta, além de pedir a criminalização do descumprimento do piso nacional do magistério.

A SRA. PROFESSORA LUCIENE CAVALCANTE (Bloco/PSOL - SP. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho trazer notícias infelizmente terríveis do que está acontecendo no Estado de São Paulo, onde nós temos o desgoverno do Tarcísio, um Governador caloteiro, mentiroso — hoje, as forças de segurança do Estado de São Paulo ocuparam as ruas por valorização, por condições de trabalho —, e cujo Vice está arrolado em esquemas de corrupção e também vai ter que responder por suas relações com o Banco Master.

O Governo Tarcísio é o inimigo número 1 da educação no Estado de São Paulo. Ele não se cansa! Diuturnamente, todos os dias, ele e aquele outro irresponsável do Secretário Renato Feder encaminham ações para destruir a maior rede de escolas públicas deste País. No final do ano passado, no Natal, ele apresentou um projeto de lei que muda oito leis do Estado de São Paulo, o Projeto de Lei nº 1.316, de 2025, que representa uma farsa de reforma administrativa.

Chamo atenção para o que disse Darcy Ribeiro: a crise da educação no Brasil não é uma crise, é um projeto de poder. No Estado de São Paulo, a gente vivencia isso. É um escândalo!

Essa farsa de reforma administrativa acaba com o direito de remoção de todos os servidores públicos; acaba com o recesso escolar da equipe gestora; acaba com os critérios de transparência na evolução funcional da carreira dos professores; muda os critérios da avaliação de desempenho, colocando critérios subjetivos, autoritários; muda o processo de atribuição de aulas, que passa a ser por distribuição; e inclusive coloca os professores para fazer aulas de componentes em que eles não têm habilitação. Isso é um escândalo! E a reforma vai além. Ela mexe na composição do Adicional de Local de Exercício — ALE e ainda transforma a falta-aula em falta-dia.

O projeto é ilegal, é inconstitucional! Nós vamos combatê-lo e vamos derrotá-lo, ou lá na Assembleia Legislativa, junto com professor e Deputado Carlos Giannazi, ou nas ruas, nas manifestações, porque educação é um direito público subjetivo, é política de Estado! Os estudantes e os profissionais da educação exigem e merecem respeito!

Espero que esta Casa acolha os nossos projetos e torne crime de



responsabilidade e de improbidade administrativa o não cumprimento do piso nacional do magistério.

Presidente, peço que meu pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigada.
